DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 379/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/13486/2016
PROTOCOLO	: 1705954
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CASSILANDIA
ORDENADOR DE DESPESAS	: MARCELINO PELARIN
CARGO DO ORDENADOR	: EX-PREFEITO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: PROCESSO LICITATÓRIO ADM
VALOR	: R$ 181.627,65
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Em exame o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 039/2016, realizado entre Município de Água Clara e as empresas **Dental Prime Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares Eireli - ME e C. Lemos Distribuidora Hospitalar Eireli-ME,** visando a aquisição de materiais odontológicos destinados a manutenção dos serviços odontológicos executados pela secretaria municipal de saúde pública.

A equipe técnica ao analisar a documentação encaminhada concluiu pela **regularidade** do procedimento licitatório da contratação pública epigrafada, correspondente ao Pregão Presencial nº 039/2016 (1ª fase), em razão da observância aos preceitos legais e normas regimentais (Análise nº 23321/2016).

O Representante do Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pela **regularidade** do procedimento licitatório acima especificado (Parecer nº 21086/2016).

É o que cabe relatar.

Trata-se da análise do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 039/2016 realizado pela Prefeitura Municipal de Pedro Gomes/MS, onde as empresas vencedoras foram: **Dental Prime Produtos Odontológicos Médicos Hospitalares Eireli - ME (no valor de R$ 98.548,40) e C. Lemos Distribuidora Hospitalar Eireli - ME (no valor de R$ 83.079,25).**

Da Análise dos autos, verifica-se que o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 039/2016 está em conformidade com as disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações e com as determinações contidas na Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011, Lei Complementar nº 160/2012 e Regimento Interno desta Corte de Contas, restando clara a sua regularidade.

Mediante o exposto, acolho a análise da 3ª ICE e o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público de Contas e, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c os artigos 120, I e 122, I e II ambos do Regimento Interno desta Corte de Contas, aprovado pela RN/TCE/MS nº 76/2013, **DECIDO:**

I - pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório na licitatório Pregão Presencial nº 039/2016, realizado pelo Município de Água Clara por observância às disposições das Leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e alterações.

II - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado desta Decisão aos interessados, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012 c/c art. 70, § 2º da Resolução Normativa nº 76/2013.

III - pela **REMESSA** dos autos à 3ªICE para subsidiar a análise das respectivas contratações, e demais providências.

Campo Grande/MS, 09 de fevereiro de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH